

Criticado o congelamento das mensalidades escolares

A grande maioria dos pais de alunos do Estado de São Paulo vai perder dinheiro com o que foi estabelecido pela portaria do Ministério da Educação, adaptando as semestralidades escolares ao novo congelamento. Quem afirma é o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Estado de São Paulo, Luiz Roberto da Silveira Castro, que ontem esteve no MEC e no Ministério da Fazenda para pedir a revisão da portaria.

A sugestão de Castro é de que o cálculo do congelamento seja feito pela média dos valores cobrados no primeiro semestre: "Basta somar tudo o que foi pago e dividir o total por seis, trazendo o resultado desta operação a valores reais de junho, para só então congelar".

Ele sustenta que a portaria é ilegal, cabendo tanto aos pais como às escolas argüir a Justiça quanto à competência do MEC para baixar uma portaria de congelamento, em desacordo com o decreto 2.335, que atri-

buiu exclusivamente ao Ministério da Fazenda fixar normas desse tipo. A portaria do MEC, apesar de ter sido analisada pelo Ministério da Fazenda, só foi assinada pelo ministro Jorge Bornhausen.

Injustiça

Do ponto de vista técnico, a portaria é injusta, garante o presidente da Comissão de Encargos Educacionais de São Paulo. Ele explica que tendo a portaria fixado o congelamento com base na mensalidade de junho, vai prejudicar tanto as escolas como os alunos. Isto porque, especialmente no caso de São Paulo, ele lembra, as escolas só foram autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação a repassar os custos com o gatilho salarial no dia 13 de maio. Assim, as mensalidades do mês de junho — base para o congelamento — terão valores muito altos, não representando a média do que foi pago durante os primeiros semestres e, conseqüentemente, prejudicando os pais dos alunos.

Para as escolas, também há prejuízo, diz Castro. Ele relata que em muitos estados e também em São Paulo, ainda há escolas que estão esperando a definição, pelo Conselho Estadual de Educação, dos novos valores da mensalidade de junho e assim o congelamento estabelecido na portaria do MEC será feito sobre preços completamente defasados.

Com a portaria, a cobrança da semestralidade virou "uma Loteria Esportiva", diz Castro. "A portaria simplesmente descontentou todo mundo", ele acrescentou.

Não tendo encontrado o chefe de gabinete do MEC, Oswaldo Della Giustina, responsável por essa questão e que ontem viajou para Florianópolis, Castro foi mais feliz no Ministério da Fazenda, onde foi recebido pelo assessor especial para assuntos econômicos do ministro Bresser, Yoshiaki Nakano. Castro disse que o assessor de Bresser mostrou-se aberto a estudar a revisão da portaria.